

**A CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA INTERAMERICANO NAS POLÍTICAS DE
EDUCAÇÃO DE/PARA DIREITOS HUMANOS COMO MECANISMO DE
FORTALECIMENTO DO DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE NO ESTADO
BRASILEIRO**

Autora: Carolina Rosa Kader

Orientadora: Daniela de Oliveira Pires

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP

Linha 02: Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais

A presente pesquisa possui como objetivo analisar a contribuição da Educação de/para Direitos Humanos, como mecanismo de efetivação do Direito à memória e à verdade, através do posicionamento jurisprudencial do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, referente ao contexto de violação aos direitos e garantias fundamentais, durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985). Assim, pretende-se problematizar como a Educação de/para Direitos Humanos pode ser reconhecida como um importante mecanismo de consolidação do Estado Democrático de Direito, por meio das políticas de memória e verdade, entendidas como pilares da Justiça de Transição democrática. Partimos do pressuposto de que a implementação de tais políticas, possuem o condão de auxiliar no esclarecimento das violações a direitos humanos, ocorridos durante a período militar no Brasil, e desta forma, fortalecendo a democracia. Para tanto, será realizada uma análise bibliográfica, histórica e normativa, a partir do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, observando as questões relativas ao direito à memória e à verdade e a formas de reparação as violações cometidas por Estados no que se refere a direitos estabelecidos na Convenção Americana em casos relacionados Ditaduras Militares que ocorreram na América Latina. A metodologia da pesquisa tem por base a análise bibliográfica, legislativa e jurisprudencial, com enfoque no aprofundamento da temática dos Direitos Humanos e da Justiça de Transição. Em uma sociedade, como a nossa, que vivencia um processo de transição democrática inacabado e incompleto, a discussão a respeito reconhecimento e a afirmação dos Direitos Humanos é imprescindível e a educação tem papel fundamental nesse sentido, sendo capaz de provocar discussões e ações que objetivem a efetivação de direitos, tal qual à memória e à verdade. A presente pesquisa encontra-se em fase inicial de levantamento de dados bibliográficos, mas é possível concluir preliminarmente que a Educação em Direitos Humanos objetiva a formação crítica, a qual seja capaz, revisitando o passado, de promover a importante luta contra o esquecimento e a pela consolidação real da democracia, (talvez colocar aqui que democracia é essa que queremos) para que não haja a repetição de acontecimentos que violaram direitos humanos, através de sujeitos sociais responsáveis com a memória, verdade, e por conseguinte, com o aprimoramento da democracia.

Palavras-chave: Educação de/para Direitos Humanos. Justiça de Transição.
Sistema Interamericano de Direitos Humanos.